

cuiabana que ama com acendrado amor; acompanha todos os seus momentos de glória. Enfim é uma cuiabana que se eleva os seus 96 anos bem vividos com a honra e a dignidade de filha de um homem de projeção mundial.

A segunda referência vai para a Professora Maria de Arruda Muller, que no próximo 09 celebra o seu glorioso nonagenário, menina inteligente, estudou na Usina em que viviam os pais e depois na nossa Capital. Iniciou o professorado no interior; casou-se com o saudoso ex-governador Julio Strubing Muller; criou e educou os filhos. Foi sempre a grande dama companheira do esposo; participou das obras sociais do seu tempo e ainda hoje cuida da alfabetização das nossas crianças na periferia da cidade. Belo edificante exemplo do valor da mulher cuiabana, sempre atenta no seu lugar, no seu posto. Há 56 anos pertence à Academia Matogrossense de Letras, sem dúvida alguma pioneira no acolhimento da mulher em seus quadros, como já o fizera na fundação com Ana Luiza Prado Bastos, outra grande educadora cuiabana.

A terceira referência do mês vai à derradeira, para a Senhora Maria de Lourdes Ribeiro Fragelli, que nesta primeira semana passou três dias entre nós, para visitar amigos, incontáveis no seio da família cuiabana. A ilustre filha do saudoso Coronel Zelito e de D<sup>a</sup> Maria Constança Corrêa da Costa, já nonagenária, não esquece a terra do berço. Nobre, piedosa e digna é sempre destaque onde está ao lado do esposo, na cabana humilde do pobre, na igreja, no parlamento e até na Presidência da República, quando do ano passado a tal posto foi elevado o esposo Senador José Manoel Fontanillas Fragelli, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional para substituir o Presidente da República em temporária ausência do país. É a simplicidade em pessoa essa cuiabana da gema que sabe honrar a sua terra e a sua gente onde quer que esteja.

Parabéns à MULHER CUIABANA, tenho enorme admiração por você.



## **A PERSONALIDADE MULTIFÁRIA DE ANTÔNIO MARIA COELHO**

por Lécio Gomes de Souza

Antônio Maria Coelho é, em Mato Grosso, uma personalidade do Império e da República. Nascido a 8 de setembro de 1927, em

Cuiabá, primeiro filho do Ten. Cel Vicente Coelho, português de nascimento, e sua esposa D. Maria Agostinha Carolina de Almeida, consoante informa Estêvão de Mendonça, em "Datas Mato-grossenses". A sua gloriosa existência ele a viveu, a maior parte, em regime monárquico, dela tendo restado pouco menos de cinco anos para dedicá-la à nascente República.

Originário de família de limitados recursos, teve de optar pela carreira das armas, a garantir-lhe subsistência proba e modesta. Bem cedo, em pleno gozo de uma estuante juventude – os regulamentos o permitiam – apresentou-se como voluntário em um dos batalhões da remota província. Quiçá o inspirasse ardente idealismo, levando-o a decidir por uma profissão em que a disciplina e o culto do amor à Pátria fossem estímulo constante às suas latentes virtudes. Simples praça de pré através de longos anos, soube honrar com decoro o singelo uniforme de soldado e com pudonor e altaneria os bordados de general que seria.

De sua carreira incipiente, na quadra subalterna, amargou o anonimato perlustrando o imenso trato selvático da região, mourejando em fronteiras longínquas e guarnições aspérrimas.

Em 1855, graças à perseverança e ao zelo demonstrados em serviço, ingressa no quadro de oficiais, atingindo o posto de tenente, por ter se submetido a cursos que o capacitaram. As suas aptidões, reconhecidas desde a graduação intermediária de alferes, a aguardarem apenas os interstícios regulamentares, continuaram a ser comprovadas exuberantemente. Mas, por sua qualificação militar, estava sujeito a reiterados deslocamentos no exercício das funções de instrutor e comandante de pequenos agrupamentos. Somente o seu acesso ao posto imediato de capitão, em 1860, lhe conferiria real estabilidade, não obstante ainda haver participado de encargos temporários em território da província. Fixou-se finalmente em Cuiabá, servindo em unidades de Infantaria da Capital. Iria despontar, nesse ínterim, a sua grande oportunidade.

Corria o ano de 1867 e, como é do conhecimento geral, lavrava na ocasião o sangrento conflito entre o Brasil e o Paraguai. Corumbá achava-se ocupada pelo inimigo desde 3 de janeiro de 1865. Essa posse indébita vinha, através dos anos, inquietando seriamente os poderes constituídos, sem que nada de eficaz fosse feito, em vista das precárias condições da longínqua província, posto que a navegação do Paraguai superior

estivesse inteiramente a mercê das forças invasoras. Apenas de Melgaço para montante as obras defensivas de Leverger e o respeito devido à sua figura legendária mantinham à distância a esquadra adversária. O presidente José Vieira Couto de Magalhães, ao assumir a administração da província a 2 de fevereiro de 1867, moço e ardoroso, beirando os trinta anos de idade, viria a se preocupar profundamente com aquela situação acomodatícia. Desde então tornou-se-lhe idéia fixa a expulsão das forças inimigas do território mato-grossense.

Tal propósito iria encontrar retumbo em plano estratégico de um certo capitão Antônio Maria Coelho, a seu ver, com amplas perspectivas de êxito. Submetido, contudo, ao julgamento das mais altas patentes militares locais, não foi aprovado e tido como irrealizável. Partidário entusiasta do empreendimento, apoiando-o incondicionalmente, por lei comandante supremo das forças armadas da província, na qualidade inquestionável de seu presidente, resolveu ousadamente assumir a responsabilidade e riscos do plano e, como não houvesse nenhum oficial de posto superior disposto a receber as incumbências da ofensiva, comissionou Antônio Maria Coelho da graduação de tenente-coronel, nomeando-o comandante da vanguarda, assumindo ele próprio o do grosso da coluna, a se deslocar posteriormente, embarcado, segundo o eixo dos rios Cuiabá - São Lourenço - Paraguai.

A 15 de maio de 1867 a vanguarda, sob o comando de Antônio Maria Coelho, composta de 400 homens, deslocava-se de Cuiabá, embarcada em vários navios, para desembarcar no porto do Alegre, no então rio São Lourenço e daí em diante, embrenhando-se nos pantanais, em igarités, "a braços e a zinga", em pleno regime de cheia, no rumo de Corumbá. No dia 12 de junho, em noite escura, após progressão memorável, saíam no Barrote, abaixo de Ladário. Na manhã de 13 de junho atacavam de surpresa a praça de Corumbá, em poder do inimigo, surgindo pela banda sul e não pela do norte, ao contrário do que pudessem imaginar. Os navios de guerra inimigos, surtos no porto, começaram a ser enquadrados pelo fogo das baterias aprisionadas e instaladas nas barrancas e tiveram de empreender fuga precipitada para a montante. Voltariam na madrugada seguinte e, apesar de alvejados, conseguiram escapar, rumo a jusante.

A vitória tinha sido completa e desmoralizante, morto inclusive o comandante paraguaio, Cel. Hermógenes Cabral.

O feito em si seria coberto do mais franco sucesso, não fosse o desencadeamento de um surto de varíola de que se achavam contaminadas as forças inimigas. O valor militar de Antônio Maria não pode ser posto em dúvida, apesar do abandono da praça doze dias mais tarde, por ordem do presidente Couto de Magalhães, que se achando pelas alturas do porto de Dourados, apressou a marcha da flotilha para alcançar Corumbá o mais rapidamente possível, o que aconteceria a 23 de junho. Por esse tempo a peste já alcançara Cuiabá e a primeira vítima da enfermidade, justamente o canoeiro portador da notícia da Retomada, sucumbiria a 2 de julho de 1867. A epidemia se alastrou com extrema rapidez e, ao que se diz, nela pereceu metade da população cuiabana. Ficaria tristemente célebre, nessa quadra, o cemitério do "Cai-e-Cai", especialmente criado para enterros das vítimas da varíola, no qual, por falta de coveiros, permaneciam os cadáveres insepultos, expostos à sanha de cães famintos e de urubus.

Na época adversários políticos do Presidente Couto de Magalhães imputavam-lhe culpa em face da propagação desastrosa da epidemia, o que seriamente o aborrecia, por julgar acusação improcedente, fato plenamente justificado pela própria sucessão dos acontecimentos.

A praça de Corumbá permaneceria completamente vazia, a partir de 24 de junho de 1867, quando chegando o Dr. Couto de Magalhães, deu ordem para evacuá-la definitivamente, seguindo o mesmo roteiro da vinda. Na volta, a 11 de julho de 1867, já no porto de Alegre, no rio São Lourenço, seriam atacados pelos paraguaios que, encontrando Corumbá desocupada, subiram rapidamente os rios, os encontrando naquele ponto, muitos do contingente atacados pela varíola. Mas seriam vigorosamente repelidos, com pesadas perdas, chegando finalmente a Cuiabá.

Evacuada a cidadela, o inimigo a reocuparia novamente, para só a abandonar em definitivo a 3 de abril de 1868, a fim de reforçar os contingentes de Lopez na frente meridional, onde periclitava a sorte de seus exércitos, fazendo-se acompanhar do efetivo que guarnecia Coimbra, na passagem pelo forte. Nunca mais, durante a guerra, retornariam a Mato Grosso.

As autoridades governamentais, todavia, só tomariam conhecimento dessa defecção algo mais tarde, quando acertariam as providências cabíveis para a posse, em caráter decisivo, da maltratada vila.

A nova de que Corumbá havia sido abandonada definitivamente pelos paraguaios seria transmitida pelo Cap. Antônio de Oliveira Jamacuru, acidentalmente pela vila transitando e a encontrando livre de invasores.

O vice-presidente da província, Barão de Aguapeí, em exercício no cargo de presidente, despachou então, em caráter reservado, a 17 de agosto de 1868, o Cap. João de Oliveira Melo, que tanto havia se sobressaído em Coimbra, com uma escolta de 50 homens, ao local, tendo ele confirmado a veracidade da notícia. A praça de Corumbá seria, em definitivo, ocupada por forças brasileiras.

Terminada a guerra e arrefecida a mortífera epidemia de varíola, Antônio Maria pôde retomar a sua vida normal junto à família, continuando a servir na guarnição de Cuiabá. Em 1875 seria confirmado no posto de tenente-coronel, em 1885 ascendia ao de coronel, a brigadeiro em 1878 e a general-de-devisão a 30 de janeiro de 1890. Ao apagar das luzes do regime monárquico, seria distinguido com o título nobiliárquico de Barão de Amambaí, deferência imperial que muito o envaidecia.

No episódio da proclamação da República iria ser protagonista de acontecimento singular, em face das condições em que se daria. A 8 de dezembro de 1889, precaríssimas as condições de comunicação com Mato Grosso, ainda se ignorava a ocorrência de 15 de novembro em Cuiabá. Realizava-se à noite concorrida homenagem a Generoso Ponce, presidente da Assembléia Constituinte, promovida pelo Partido Liberal, em que se erguiam vivas ao Imperador Pedro II e às autoridades monárquicas. Às duas horas da madrugada de 9 daquele mês chegava pelo navio "Coxipó" a notícia daquele sucesso.

Antônio Maria Coelho, então no posto de general-de-divisão, encontrava-se a serviço em Cuiabá, em inspeção a unidades de infantaria, por conseguinte a mais destacada autoridade no recente Estado da República Federativa.

Naquele hora pré-matinal era acordado por vários próceres políticos, a fim de lhe comunicarem haver sido indicado pelo chefe do governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, seu amigo de longa data, Presidente da nova Unidade Federativa e que o decreto da nomeação chegaria no próximo correio.

Mostrando-se um tanto irresoluto, como assinala Estêvão de Mendonça, condicinou a sua anuência a uma aclamação popular, apoiando o seu nome para a investidura e bem assim a solidariedade dos comandos de tropa sediados na capital, o 8º e o 21º BC. Uma comissão da Assembléia Legislativa convidava-o, em nome do seu presidente, nesse interim, a comparecer à sua sede, afim de se empossar legalmente. Feito o que, dirigiu-se ao palácio presidencial, acompanhado de enorme massa popular, lançando à mesma vibrante proclamação.

O documento havia sido lavrado nos seguintes termos:

**“VIVA A REPÚBLICA  
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
VIVA O ESTADO DE MATO GROSSO !**

Mato-Grossenses, enfim é livre a terra de Colombo. A planta exótica que ainda existia feneceu no glorioso dia 15 de novembro de 1889.

Está proclamada a República na nossa estremecida pátria, e Mato Grosso já não é província de uma monarquia, é sim um estado de uma república ligada às suas irmãs pelos laços da federação.

O fato realizou-se com aplauso geral sem sangue, sem protesto, porque significa – liberdade, fraternidade e justiça.

Aclamado hoje, pelo povo desta capital e pela Assembléia, em nome do mesmo povo, governador do Estado de Mato Grosso, que assim confirmou a nomeação do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, assumi as rédeas do governo.

A Capital e Corumbá já aderiram ao movimento proclamando a República; o mesmo espero farão todas as mais cidades e localidades do Estado.

Liberdade, fraternidade, paz e justiça é a missão da República; tranquilizem-se, pois, todos os cidadãos que todos os seus direitos serão garantidos em sua plenitude.

Cidadãos! Viva a República dos Estados Unidos do Brasil!  
Viva o presidente provisório general Manuel Deodoro da Fonseca!

Viva o 1º Ministério republicano!

Viva o Estado de Mato Grosso!

Cuiabá, 9 de dezembro de 1889.

Antônio Maria Coelho".

No entanto, a sua administração não transcorreria dentro da atmosfera "de garantia dos direitos em sua plenitude", como proclamava. Os seus sentimentos democráticos não se pautaram dentro da conduta de sincera liberalidade, quer no campo administrativo, quer no político, deixando-se arrastar pelas paixões partidárias. Isso iria provocar a sua substituição a 16 de fevereiro de 1891, no governo do Estado, pelo Major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, o mesmo oficial que levaria a Pedro II a intimação do governo provisório da República sobre o seu banimento do Brasil.

Parecia até paradoxal a sua assinatura aposta ao "Manifesto dos 13 Generais", a exigirem de Floriano Peixoto mais comedimento em seus desmandos políticos, ele, Antônio Maria, que já havia participado de atos de arbitrariedade no governo de Mato Grosso.

"O Manifesto dos 13 Generais", com data de 31 de março de 1892, estava redigido nos termos abaixo:

"Os abaixo assinados, não querendo pelo silêncio, compartilhar de responsabilidade moral devido à indébita intervenção da força armada nas deposições dos respectivos governadores, dando como resultado a morte de inúmeros cidadãos, implantando o terror, a dúvida e o luto no seio das famílias, apelam para Vós, Marechal, para que façais cessar tal lamentável situação.

A continuar por mais tempo semelhante estado de desorganização geral do país, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia".

"Apud" Virgílio Correia Filho. "A República em Mato Grosso". "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso" – Ano XV – 1933 – Tomos XXIX e XXX.

Trazia a assinatura dos seguintes oficiais generais:

- 1) Marechal Almeida Barreto (Antônio)
- 2) Vice-Almirante Eduardo Wandelkok
- 3) General-de-Divisão José Clarindo de Queiroz
- 4) General-de-Divisão Antônio Maria Coelho
- 5) General-de-Divisão Cândido J. Costa
- 6) Contra-Almirante J.M. Guimarães
- 7) General-de-Brigada João Nepomuceno de Medeiros Mallet
- 8) General-de-Brigada Dr. João Severino da Fonseca
- 9) General-de-Brigada J. J. Bruce
- 10) General-de-Brigada J. L. de Andrade Vasconcelos
- 11) General-de-Brigada J. C. de Aguiar Lima
- 12) Contra-Almirante D. Manhães Barreto
- 13) Contra-Almirante M. R. da Cunha Couto

Alguns oficiais gerais foram desterrados para S. Joaquim do Amazonas, Cucuí e Tabatinga. Outros foram presos na fortaleza da Lage, S. João e Villegaignon. Antônio Maria ficaria recolhido à última.

Na ocasião ele se achava na então Capital Federal, exercendo funções atinentes ao seu alto posto, quando foi colhido nas malhas de uma reforma arbitrária no posto de marechal, bem como os demais signatários, cada qual no posto superior.

Anistiado, decidiu fixar residência em Corumbá. Quiça não tenha desejado retornar à terra natal pelos muitos ressentimentos que dela guardava, principalmente quando era presidente do Partido Conservador. Contava quase 65 anos de vida, marcado por desilusões e amarguras. Estava cômico de que seria bem recebido na Cidade Branca, como na realidade o fora, pela alma aberta do seu povo, veneração e respeito.

Viveria menos de cinco anos de regime republicano, cujos ventos não lhe seriam tão propícios como os dos tempos do Império.

Cáceres também partilhou da honra de o agasalhar por algum tempo. Foi pelo início da quadra de 1880. Mantinha eu incerteza so-

bre a verdadeira época dessa período. Mas o seu sobrinho neto, Tenente Satiro Manuel Coelho me veio tirar dessa dúvida.

Em inícios do ano de 1883 ele mantinha o posto de coronel e esteve prestando serviços em uma comissão de fronteiras, sediada naquela cidade. Informou-me, ademais, o Sr. Severino Setúbal, seu contemporâneo, já falecido, ter residido ele em uma casa na esquina da Praça da Matriz com a rua Comandante Balduino e ter tido um ordenança de nome Adão, o qual chamava com voz grossa e troante. Existe, além disto, um fato histórico que Natalino Ferreira Mendes registra no livro de sua autoria "História de Cáceres", sobre a remoção do marco do Tratado de Madri da foz do Jauru para o jardim de Cáceres, providência por ele executada e por João Carlos Pereira Leite, proprietário da fazenda Jacobina e benfeitor da cidade, em fins de 1882 e plantado na praça a 2 de fevereiro de 1883. ("História de Cáceres". Tomo I. Pág. 73. História da Administração Municipal. Natalino Ferreira Mendes. Cáceres 1973).

Outro comprovante da permanência de Antônio Maria em Cáceres é um grupo de obreiros da Loja Maçônica "Amor e Segredo", em quadro existente na Sala dos Passos Perdidos da Loja "Estrala do Oriente", em Corumbá, na qual aparece revestido das respectivas insígnias.

Sobreviveria pouco tempo á sua vinda para Corumbá, tendo falecido a 29 de agosto de 1894, 10 dias antes de completar sessenta e sete anos de idade. Os seus restos mortais seriam inhumados no antigo cemitério da cidade, esquina da rua De Lamare com Major Gama, onde se erge hoje a Escola Pública Municipal Críaco de Toledo. Em 1928 seria levantada uma bela estátua em memória ao insigne vulto, na praça de Independência, oferecida pelo povo corumbaense. A 13 de junho de 1942 o Exército e a Marinha, em conjunto, comemorando os 75 anos da Retomada, fixaram uma placa comemorativa no pedestal do monumento e faziam o traslado de seus despojos do cemitério para a base do monumento, onde ficaram encerrados. Comandaria o contingente responsável pelo transporte o então tenente Pedro Celestino Corrêa da Costa, segundo relato pessoal do Coronel Pedro Celestino, chefe do Estado Maior, na ocasião, da 2ª Brigada Mista, a mim feito, quando servimos juntos naquele Quartel General.

A espada pertencente a Antônio Maria Coelho, tendo esculpidos no punho a coroa do Império e o nome de Pedro II, fazem hoje parte

do acervo do Museu do Pantanal, presentemente sob a minha administração.



## PROFESSORES DO LICEU E DA ESCOLA NORMAL

por Ernesto Borges

Da Associação Brasileira de Imprensa

No quadro histórico da evolução ascencional do ensino secundário, em Cuiabá, merece especial destaque, pela sua marcante e benéfica influência na segura e fecunda formação intelectual e no futuro de sucessivas gerações da garrida mocidade estudiosa de nossa Terra matogrossense: é o famoso Liceu Cuiabano e conceituada Escola Normal Pedro Celestino. O Liceu veio com seu nome já respeitado do tempo do Império, trazendo para a República, uma pleiade de notáveis e rigorosos professores de prestígio, como Januário Rondon, João Pedro Gardez, Estêvão Correa, José Magno da Conceição, único Educandário Oficial da época entregue a direção e proeficiência do 1º Bispo da nova Diocese de Cuiabá, Dom José Antonio dos Reis, natural de São Paulo e brilhante integrante da 1ª Turma de Bacharéis, formada pela 1ª Faculdade de Direito do Brasil, criada em 1827, juntamente com a de Olinda, em Pernambuco, tendo Dom José, então Padre, concluído o Curso Jurídico, com aprovação distinta e em 1º lugar com louvor, preferindo, no entanto, continuar a sua vocação sacerdotal e Missionário de Cristo. No regime Imperial, a Igreja era ligada ao Estado que adotava a Religião Cristã e o sistema Político era unitário que submetia todo o território nacional ao Governo do Imperador que escolhia e nomeava o Presidente de cada Província. Nessas condições o Seminário foi criado em 1852, sob a jurisdição do Gabinete do Império que adotava o regime parlamentarista. Tinha o Seminário a dupla atribuição e finalidade. Cumpria a esse estabelecimento oficial a difícil e delicada missão de observar cuidadosamente os indícios e tendências para as vocações sacerdotais e então congregar e unir os escolhidos e então prepará-los para o futuro ingresso na Ordem de Cristo, a fim de pregar e difundir o Evangelho, desempenhado ainda o Seminário essa outra nobilitante missão de ensinar, educar e preparar a esperançosa mocidade, ministrando-lhe, com muita eficiência, as disciplinas fundamentais que compunham o severo e rigoroso curso de humanidades, saindo desse famoso Educandário do Império, eminentes homens de Estado, como o Ministro da Fazenda